

Assembléia na quinta, dia 2, organizará luta

Em função das últimas notícias e boatos envolvendo o BRB, o Sindicato convoca todos os bancários para assembléia extraordinária que será realizada na quinta-feira 2 de agosto para discutir, além do que já foi feito, os próximos passos na organização da luta em defesa do caráter público do banco. Será às 19h, no Sindicato. Compareça.

Por um BRB público e fortalecido

Sempre atenta e atuando em defesa do BRB, a diretoria do Sindicato já havia lançado questionamentos sobre as reais intenções políticas do governador José Roberto Arruda em relação ao BRB antes mesmo de sua posse. Alertas que vieram a se confirmar tão logo Arruda assumiu o governo e deu início à composição da diretoria do banco, cujas credenciais indicavam uma tendência contrária aos interesses da instituição e dos funcionários.

Não causou surpresa, portanto, a intenção manifestada por Arruda, em encontro que mantinha com empresários em São Paulo, de privatizar o BRB,



em virtude dos escândalos envolvendo prisões de ex-presidentes e denúncias, contra diretores, de malversação de recursos do banco, e que acabou por criar uma onda de especulação que tomou conta do noticiário econômico, causando apreensão entre os funcionários acerca do futuro da instituição.

Diante disso, o Sindicato articulou um amplo leque de ações nos campos político e sindical, e se reuniu com Arruda, que chegou a recuar, mas foi enfático em afirmar que não descartaria a privatização, tratando-a como 'última alternativa' para o BRB. E agora, de modo condenável, tem usado a imprensa como balão de ensaio para medir a repercussão de um eventual processo de transferência do controle da empresa para a iniciativa privada, atendendo a interesses políticos e financeiros.

"Insistir em vender o banco apenas revelaria o compromisso ideológico de Arruda e sua base aliada. Para o Sindicato, caberia ao governador, chefe do executivo, uma posição firme de defesa da instituição, sem prejuízo da apuração dos desvios de conduta", afirma o diretor do Sindicato **João Batista Machado**.

"O banco certamente é mais rentável, incluída a transferência direta de di-



videndos para o Orçamento do DF, caso bem administrado, valorizando sua força de trabalho, e inserido num contexto político em que a responsabilidade do poder público é a de propor políticas à sociedade ao invés de destruir um instrumento insubstituível para sua realização", complementou **André Nepomuceno**, também diretor do Sindicato.

Além do mais, a privatização se constituiria numa fraude eleitoral, uma vez que na campanha do ano passado o governador Arruda assumiu o compromisso de manter o BRB como banco público. O governador chegou a assumir em carta

e em reunião com os funcionários do banco, durante sua campanha ao GDF, o compromisso de fortalecer o BRB enquanto banco público. A carta, contudo, serviu como ilusão para alguns menos avisados (ou 'interessados'). Tanto naquele momento como agora, cabe ao governo, bem como, em particular, aos cargos com responsabilidade estratégica na empresa exercer de fato o compromisso assumido.

De pronto, o que o BRB precisa, e que o Sindicato vem reforçando com rigor desde que o banco ganhou as páginas policiais, é de gestores qualificados técnica e moralmente. "Por ser o responsável direto pelos rumos da instituição, cabe ao governador José Roberto Arruda a responsabilidade de compor uma diretoria com esse perfil. Afinal, se a imagem do banco está maculada, isso se deve única e exclusivamente a ingerências políticas, amparadas por administradores corruptos indicados pelos governos anteriores, sem contar o fato de que o banco está há quase oito meses sem um presidente definitivo e com a diretoria incompleta", destaca João Batista Machado.

Não há dúvidas da viabilidade do BRB, desde que bem administrado. Levantamento feito pelo Dieese mostra os bons indicadores econômicos da instituição financeira, que registrou crescimento nos últimos anos no lucro líquido anual. Sem falar da importância do banco para o desenvolvimento local.

Como sempre, o Sindicato está em alerta máximo. "Em que pese os últimos acontecimentos, e em consonância com sua bandeira de lutas ao longo dos seus 46 anos de existência, a entidade reitera sua posição de defesa do caráter público do BRB e que ele se mantenha como agente estratégico do governo para o desenvolvimento econômico e social do DF e da região do entorno", afirma o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio.

O movimento de articulação junto a outras esferas para barrar qualquer tentativa de privatização do banco, ou de sua incorporação por outra instituição financeira, continua em curso. O Sindicato já pediu ao governador o agendamento de nova reunião para tratar do assunto. "Continuaremos trabalhando, mas com inteligência, o que significa estar embasado em fatos concretos, longe de ilações e boatos, até mesmo para não dispersarmos energia", conclui João Batista Machado.

Veja em www.bancariosdf.com.br todas as ações do Sindicato na defesa do caráter público do BRB e de seus funcionários.

Sindicato volta a defender democratização da Regius

O Sindicato reuniu-se na sexta-feira 13 de julho com o atual presidente da Regius, João Carneiro, para discutir o projeto de democratização do fundo de pensão dos funcionários do BRB. O projeto, defendido pelo Sindicato, prevê a alteração estatutária para elevar o número de diretorias do fundo para quatro, sendo que duas delas seriam eleitas pelos participantes.

O objetivo da reunião, solicitada pelo Sindicato, era esclarecer ao presidente da Regius todos os pontos do projeto, que foi apresentado pelos conselheiros deliberativos eleitos Alair Martins, Antonio Eigi e Lucimar, e que se encontra no Conselho Deliberativo para ser apreciado brevemente.

Após as explicações e de um amplo debate sobre todos os pontos, Carneiro afirmou ser favorável à eleição de membros para a Diretoria Executiva, apenas apontando que aspectos devem ser observados, como, por exemplo, a necessidade de os candidatos primarem pela competência técnica. A medida evitaria que haja apenas uma ideologização da gestão do fundo, aspecto com o qual o Sindicato concorda, e a própria legislação que regula os fundos (LC 108 e 109 de 2001) determina.

Ele falou ainda da necessidade de se envolver todos os agentes (Sindicato, BRB, AFA, Regius) na discussão desse processo, para que ele tenha um amplo apoio, com o que o Sindicato também concorda. "O Sindicato, dentro da defesa da democratização da Regius, vem procurando envolver todos neste debate, para que percebam como é importante, para participantes ativos e assistidos, esta mudança na gestão do fundo, que é de todos nós", disse Kleyton Moraes, diretor do Sindicato e participante da Regius.

O projeto

O projeto apresentado pelos conselheiros deliberativos eleitos, e apoiado pelo Sindicato, prevê a transformação da hoje existente Superintendência de Administração e Controle em uma diretoria, criando assim a quarta diretoria, destinando duas delas para eleição pelos participantes - sendo que uma seria eleita pelos participantes ativos, e a outra, pelos participantes assistidos (aposentados).

Tal medida acarretará um acréscimo

quase nulo nos gastos administrativos da Regius, uma vez que a Superintendência seria extinta, dando lugar à nova diretoria. Além disso, traria um ganho na transparência e governança do fundo de pensão, o que evitaria a possibilidade de seu uso político, tal como ocorreu com a venda do lote de sua propriedade localizado próximo ao Carrefour Sul, para o ex-deputado distrital Vigão, que pouco tempo depois o revendeu com um lucro de mais de 200%.

"A experiência de democratização em fundos, tais como Funcef (Caixa Econômica) e Previ (BB), que têm apresentado resultados e crescimento expressivo, demonstra como esta é uma medida acertada", disse Enilson da Silva, secretário-geral do Sindicato e participante da Funcef, que, a exemplo da Previ, alterou seu estatuto e implantou paridade na Diretoria Executiva, com eleição direta pelos participantes de metade de seus membros.

O governador Arruda, em palestra para os funcionários do BRB ocorrida no Parlamundi da LBV (Legião da Boa Vontade) quando era candidato, disse concordar com a eleição de membros da diretoria, e afirmou, inclusive, que nada mais natural que os participantes elejam parte dela, porque são sócios do fundo, na medida em que contribuem na mesma proporção para formação do seu patrimônio.

"A democratização da Regius se impõe neste cenário de transparência que deve pautar sua administração, para evitar desmandos como as aplicações equivocadas tais como Banco Crefisul, Corumbá IV, Banco Santos, preservando e potencializando assim seu patrimônio e rentabilidade, em benefício de seu real destinatário, o participante", opina **Antonio Eustáquio**, diretor do Sindicato e conselheiro fiscal eleito da Regius.



PLR do primeiro semestre deste ano deverá ser paga em setembro

O BRB tem até o dia 31 de agosto para publicar o balanço referente ao primeiro semestre de 2007. Conforme publicado pela imprensa, o presidente em exercício Laécio Barros disse que o banco deve apresentar lucro de cerca de R\$ 30 milhões. O Acordo Coletivo

prevê o pagamento da PLR no mês subsequente ao da divulgação do balanço financeiro da instituição.

“O Sindicato espera que surpresas desagradáveis como a ocorrida quando da publicação do último balanço não ocorram novamente, frustrando a expectativa de todos”, pondera o diretor do Sindi-

cato João Batista Machado.

Sobre a PLR do segundo semestre do ano passado, o Sindicato ingressou com ação na Justiça do Trabalho cobrando o cumprimento do Acordo Coletivo no que se refere a este item. E aguarda agora a realização da primeira audiência, marcada para agosto.

Metas do PPR precisam ser revistas

A apuração das metas do primeiro semestre de 2007 foi concluída. E pelos parâmetros estabelecidos não foi atingido o percentual para pagamento. Porém, é importante ressaltar que o acordo de PPR (Programa de Participação nos Resultados) prevê a possibilidade de revisão desses parâmetros, em função de ocorrências que fujam do controle do banco e impactem nos seus resultados.

Sabe-se que o primeiro semestre deste ano foi atípico para o BRB. Primeiro houve uma demora por parte do governo para compor a nova diretoria do banco. E quando o fez, logo em seguida o presidente in-

dicado foi preso pela Polícia Federal, sendo imediatamente demitido. Passados alguns dias, estoura o escândalo da Operação Aquarela, que ocasionou a prisão de dois ex-dirigentes do banco e de alguns funcionários, levando-o para as páginas policiais.

Em seguida, dois diretores indicados pelo governador José Roberto Arruda renunciaram aos cargos, fazendo com que a instituição financeira encerrasse o semestre com a diretoria incompleta.

Somados, todos esses fatores, em maior ou menor grau, influenciaram no resultado financeiro do BRB, motivos mais que suficientes para que as metas sejam revistas e

os funcionários recebam sua participação, evitando-se assim mais uma frustração como a ocorrida com a PLR do segundo semestre de 2006.

É importante ressaltar que o programa para o segundo semestre de 2007 já está em curso, porém o banco, como ocorreu em outras vezes, ainda não chamou o Sindicato para negociar. “Esta prática tem de ser mudada. O acordo de PPR deve ser negociado e fechado antes do início do programa, até para que os funcionários possam se envolver na discussão, o que evita a estipulação de metas superdimensionadas”, diz Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

Sindicato realiza eleição de delegados sindicais

Está em curso o processo para eleição dos delegados sindicais do BRB. Eles são os responsáveis por fazer a ligação do seu local de trabalho com o Sindicato, de dialogar com os colegas e levar sugestões, críticas e demandas, de forma a dar um norte para a atuação da entidade.

Neste momento, a OLT (Organização nos Locais de Trabalho) é fundamental para efetivar os vín-

culos entre as necessidades vividas no dia-a-dia pelos bancários do BRB e o correspondente tratamento sindical.

Os delegados sindicais do BRB têm garantido em Acordo Coletivo o direito de não serem transferidos, bem como o de liberação para participarem de atividades do Sindicato. “É de fundamental importância que tenhamos o maior número de delegados sindicais, especialmente

neste momento da nossa campanha salarial”, frisa Kleyton Moraes, diretor do Sindicato.

Para realizar a eleição em sua unidade, entre em contato com o Sindicato (3346-9090, falar com Mendes) e solicite o material. A entidade providenciará a entrega. Lembrando que todos os bancários podem votar, mas somente os sindicalizados podem se candidatar à eleição.

Tarso Genro recebe bancários e forma GT para discutir segurança

Augusto Coelho

Em audiência concedida pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, na última terça-feira, dia 24, para a Contraf-CUT, em Brasília, os bancários apresentaram propostas para a melhoria da segurança nos bancos. Tarso, acompanhado do secretário-executivo Luis Paulo Barreto, de assessores do Ministério e da Polícia Federal, ouviu os dirigentes sindicais e já formou um grupo de trabalho, com a participação de três representantes da categoria, para discutir as emendas propostas ao projeto de lei, elaborado pela Polícia Federal, que tramita no Senado, para a atualização da legislação federal.

Participaram do encontro o diretor executivo da Contraf-CUT, Eduardo Araújo, os presidentes dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino, de Brasília, Rodrigo Britto, e de Curitiba, Marisa Stédile, e o diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, Ademir Wiederkehr.

Foi entregue para Tarso a Carta do III Seminário Nacional de Segurança Bancária, realizado no último dia 30 de maio, em Curitiba. “O documento contém 25 recomendações aos governos, bancos, polícias e parlamentares, visando em primeiro lugar a proteção da vida de bancários, vigilantes e clientes”, afirmou o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

Também foram entregues as emendas ao projeto de lei definidas pelos bancários, durante seminário nacional realizado em agosto de 2005, em São Paulo. “São propostas que visam a aperfeiçoar a legislação, como a instalação das portas giratórias de entrada e



saída localizadas antes do atendimento, com detector de metais”, destacou Britto.

Ademir Wiederkehr lembrou que foi Tarso quem sancionou a lei municipal de Porto Alegre, em setembro de 1994, durante assembleia dos bancários, que determina a instalação dessas portas “em todos os acessos destinados ao público”. A lei foi contestada pelos bancos em todos os tribunais, tendo sido julgada constitucional pelo STF. “Os bancos, que obtêm lucros astronômicos, têm que investir mais em segurança, como forma de responsabilidade social”, afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região.

“Tarso aceitou a proposta dos bancários de realizar uma audiência pública para debater o assunto

com a sociedade, o que ocorrerá depois das conclusões do grupo de trabalho”, ressaltou Luiz Cláudio Marcolino.

Os assessores do Ministério anunciaram que o tema também será pautado nos gabinetes de gestão integrada de segurança em todos os estados.

Os bancários pediram maior rigor nas fiscalizações dos planos de segurança das agências e postos. A Polícia Federal respondeu que vários bancos têm sido autuados e multados. “Eles informaram que na última reunião da CCASP (Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada), ocorrida em João Pessoa, os bancos sofreram muitas superiores a R\$ 1 milhão por descumprimento da legislação”, disse Eduardo Araújo.

Interdito proibitório

Marcolino pediu apoio do Ministério da Justiça para o problema das indenizações que estão sendo cobradas dos sindicatos por conta de decisões judiciais envolvendo interditos proibitórios. “Trata-se de um instrumento jurídico, que tem sido acionado nas últimas campanhas salariais pelos banqueiros para frear o direito de convencimento dos sindicatos, o que está garantido na lei de greve”, salientou o presidente do Sindicato de São Paulo.

Tarso apontou a necessidade de adequar a legislação, impondo limites para a aplicação dessa norma jurídica. Ele propôs o encaminhamento da discussão para o Ministério do Trabalho e se colocou à disposição para auxiliar no debate.